

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

Em 22 de agosto de 2016, as *units* negociadas pelo *ticker* STBP11 sob a observância das Práticas de Governança Corporativa – Nível 2, foram canceladas e convertidas na totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias passando a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa, sob o *ticker* STBP3.

a) Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos

A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997 referente a filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a interveniência da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047.

b) Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (“Tecon Imbituba”)

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

- c) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A.
("Santos Brasil Logística")

A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIAs.

- d) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")

Em janeiro de 2010, a controlada TVS, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

- e) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.
("Convicon")

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em novembro de 2014, a Companhia protocolou na SEP, a proposta para prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento CDP 14/2003.

f) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Quinto Aditamento ao contrato original, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2020, o montante de R\$1.276.859 em obras e demais intervenções para garantir a consolidação de um terminal que alcance a capacidade dinâmica mínima de 1.500.000 contêineres por ano. O projeto executivo referente aos investimentos aprovados foi protocolado na Secretaria Especial de Portos - SEP em 29 de setembro de 2016. Caso o valor investido seja inferior ao compromissado, a diferença deverá ser paga em parcela única à CODESP. Será incorporada ao contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos a área de 13.346 m², mediante a conclusão da extensão de 220 m² do cais público.

Esse aditamento altera o compromisso de Movimentação Mínima Contratual – MMC, a partir de 1º de outubro de 2015, que prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores caso não seja atingida ou exceda a MMC, conforme nota explicativa nº 17.b). A partir do final do ano de 2020 ou da conclusão dos investimentos previstos a MMC passará de 513.000 contêineres por ano para 590.000 contêineres por ano.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término ou a extinção do contrato.

g) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI

A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 17.b).

O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais (*Mobile Harbour Crane* - MHC), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal.

Compondo a parcela variável do arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 17.b).

Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 17.b).

Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

Em 1º de julho de 2016, a Companhia protocolou, o pedido de recomposição de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba, no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, até o presente momento o mérito não foi apreciado pelo mesmo.

h) Compromissos principais do contrato de exploração do Terminal de Carga Geral com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional Tecon Imbituba - Terminal de Carga Geral tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do *ISPS Code* e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 17.b).

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 17.b).

i) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do TEV com a CODESP

A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no ano de 2011, 214.147 veículos no ano de 2012, 250.691 veículos no ano de 2013, 293.470 veículos no ano de 2014 e 300.000 veículos a partir do ano de 2015. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 17.b).

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 17.b).

j) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 17.b). As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração da Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2016	31.12.2015
Controladas diretas:		
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV")	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos")	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")	100	100
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80")	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Convicon")	100	100

3. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 – consolidação: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 17 – classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 13 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa nº 16 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 24 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro;
- Nota explicativa nº 26 – mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 23 – Plano de opção de compra de ações; e
- Nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

e) Mudança de estimativa contábil

A partir de 1º de outubro de 2015, as benfeitorias em imóveis de terceiros e os equipamentos de movimentação de carga, apresentados na nota explicativa nº 12, assim como o direito de exploração e o ágio na aquisição das ações da Santos-Brasil S.A., apresentados na nota explicativa nº 13, tiveram, para fins contábeis, suas vidas úteis ajustadas, decorrentes da prorrogação do prazo de vigência do contrato de arrendamento (para 28 de novembro de 2047) da filial operacional Tecon Santos, mediante a celebração do Quinto Aditamento ao Contrato de Arrendamento, em 30 de setembro de 2015.

A Companhia aplicou a mudança de estimativa contábil fundamentada: (i) no parecer jurídico emitido pelo Prof. Dr. Sebastião Botto de Barros Tojal (advogado renomado e professor de direito público da USP), que ratifica o entendimento da Companhia quanto a alteração da vigência do contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos; (ii) no parecer técnico-contábil emitido pelo Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho (contador, parecerista, professor da USP e ex-Diretor da CVM), que ratifica o entendimento da Companhia quanto a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível; e (iii) na manifestação de concordância com a posição formalizada nos citados pareceres pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

A Companhia protocolou, em 1º de março de 2016, consulta formal à CVM, no sentido de obter a manifestação quanto à aplicação da mudança de estimativa contábil em questão. Até a emissão dessas demonstrações contábeis, a Companhia permanece aguardando o envio de resposta à consulta formulada.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações contábeis.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

c) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Ativos financeiros e passivos não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda e emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

e) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 dias.

f) Estoques

Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis e ágio

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

O intangível de concessão é medido pelo custo e amortizado pelo prazo de concessão. O intangível de concessão é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O intangível de concessão gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Concessões de serviços públicos

As filiais e controladas da Companhia, Tecon Santos, Tecon Imbituba, TVS e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 15. Essas filiais e controladas atuam sob o regime de concessão; entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 12), em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, exceto ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

j) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 5.f).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 26.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as BR GAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (<i>“International Accounting Standards Board”</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente, principalmente no que se refere a aplicação do IFRS 16 de arrendamentos. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contrato de mútuo – controladora

	Taxas médias % CDI	31.12.2016	31.12.2015
Passivo circulante:			
Terminal de Veículos de Santos S.A.	99,96	-	<u>70.427</u>

A remuneração era equivalente à mesma rentabilidade da aplicação financeira que era mantida pela credora, e foi liquidado em 30 de junho de 2016.

b) Dividendos a receber – controladora

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Santos Brasil Logística S.A.	-	1.022
Terminal de Veículos de Santos S.A.	<u>1.758</u>	<u>3.417</u>
Total	<u>1.758</u>	<u>4.439</u>

c) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo				
Contas a receber de clientes (I)	202	321	2.646	1.242
Serviços administrativos compartilhados (II)	-	1.725	-	1.725
Contas correntes (III)	<u>879</u>	<u>880</u>	<u>879</u>	<u>880</u>
	<u>1.081</u>	<u>2.926</u>	<u>3.525</u>	<u>3.847</u>
Circulante	<u>1.081</u>	<u>2.926</u>	<u>3.525</u>	<u>3.847</u>
Passivo				
Fornecedores	2.444	921	2.646	1.242
Serviços administrativos compartilhados (II)	-	-	-	1.725
Contas correntes (III)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>879</u>	<u>880</u>
	<u>2.444</u>	<u>921</u>	<u>3.525</u>	<u>3.847</u>
Circulante	<u>2.444</u>	<u>921</u>	<u>3.525</u>	<u>3.847</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 5.d);
- (II) Referem-se à notas de débito de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas;
- (III) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas competência Dez-16.

d) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2016, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$604 (R\$1.632 em 31 de dezembro de 2015), referente a 3.605 contêineres movimentados (11.043 contêineres em 31 de dezembro de 2015); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$802 (R\$1.946 em 31 de dezembro de 2015), referente a 4.973 contêineres (12.068 contêineres em 31 de dezembro de 2015); (iii) posicionamento para vistoria importação, no montante de R\$3, referente a 8 contêineres; e (iv) armazenagem de contêineres importados, no montante de R\$59, referente a 13 contêineres. Desses serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$202.

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$14.048 (R\$13.671 em 31 de dezembro de 2015), referente a 18.360 contêineres (18.118 contêineres em 31 de dezembro de 2015); e (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$8 (R\$18 em 31 de dezembro de 2015), referente a 306 contêineres (693 contêineres em 31 de dezembro de 2015). Desses serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$2.444.

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à controlada Convicon serviço de transporte rodoviário, no montante de R\$8.

e) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora		Controladora	
	31.12.2016		31.12.2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	2.185	12.523	1.971	17.497
Outros benefícios	-	469	-	480
Plano de opção de compra de ações	-	4.166	-	5.758
Total	<u>2.185</u>	<u>17.158</u>	<u>1.971</u>	<u>23.735</u>

	Consolidado		Consolidado	
	31.12.2016		31.12.2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	2.207	12.909	1.993	17.921
Outros benefícios	-	469	-	480
Plano de opção de compra de ações	-	4.186	-	5.818
Total	<u>2.207</u>	<u>17.564</u>	<u>1.993</u>	<u>24.219</u>

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,36% das ações com direito a voto da Companhia.

f) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2016, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$49.614 (R\$48.183 em 31 de dezembro de 2015), correspondentes a 5,95% e 5,00% da receita operacional líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2016, apenas a filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos tinham provisionado o montante de R\$4.510 (R\$7.190 em 31 de dezembro de 2015).

g) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Carta de fiança referente ao contrato com a Cia. de Docas do Pará - CDP, para a Convicon, no montante de R\$429;
- Aval da aquisição de semirreboques, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$2.648;
- Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e saldo em bancos	22.597	25.373	27.840	32.398
Aplicações financeiras	90.809	163.885	164.717	193.717
Total	<u>113.406</u>	<u>189.258</u>	<u>192.557</u>	<u>226.115</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Controladora	
			31.12.2016	31.12.2015
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	99,77	Indeterminado	<u>90.809</u>	<u>163.885</u>
Total			<u>90.809</u>	<u>163.885</u>

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2016	31.12.2015
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento (*)	100,19	Indeterminado	<u>164.717</u>	<u>193.717</u>
Total			<u>164.717</u>	<u>193.717</u>

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2016 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
No País	66.167	82.189
Partes relacionadas	202	2.046
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.133)</u>	<u>(14.436)</u>
Total	<u>53.236</u>	<u>69.799</u>

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
No País	101.794	108.305
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(15.795)</u>	<u>(15.163)</u>
Total	<u>85.999</u>	<u>93.142</u>

Em 31 de dezembro de 2016, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$2.646 (R\$2.967 em 31 de dezembro de 2015), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme a nota explicativa nº 5.c).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
Créditos a vencer	33.553	35.737
Créditos em atraso até 60 dias	15.243	23.563
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	4.440	2.814
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.964	5.843
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	2.548	7.641
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>7.621</u>	<u>8.637</u>
Total	<u>66.369</u>	<u>84.235</u>

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Créditos a vencer	56.212	53.490
Créditos em atraso até 60 dias	24.995	27.655
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	4.792	3.227
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	3.587	7.211
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.326	8.223
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>8.882</u>	<u>8.499</u>
Total	<u>101.794</u>	<u>108.305</u>

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias.

Na comparação com 31 de dezembro de 2015, observa-se um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado de R\$632 (R\$5.266 em 31 de dezembro de 2015), principalmente relacionadas ao ajuste para um critério mais conservador de tais provisões de clientes anteriormente listados como sem risco de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício consolidado no montante de R\$11.217 (R\$51.679 em 31 de dezembro de 2015). O efeito total no resultado do exercício foi de R\$11.849 (R\$56.945 em 31 de dezembro de 2015).

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Material de manutenção	18.703	18.269	21.432	20.843
Material administrativo	283	284	400	379
Material de segurança	230	210	408	396
Outros	<u>783</u>	<u>776</u>	<u>947</u>	<u>936</u>
	<u>19.999</u>	<u>19.539</u>	<u>23.187</u>	<u>22.554</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

9. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>5.136</u>	<u>4.783</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>4.109</u>	<u>3.826</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2016 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

10. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	330	4.661
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.656	4.952
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	1.478
Outros	<u>24</u>	<u>28</u>
Total do circulante	<u>2.010</u>	<u>11.119</u>
	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.227	5.826
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.929	7.340
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.704	2.441
Outros	<u>708</u>	<u>539</u>
Total do circulante	<u>6.568</u>	<u>16.146</u>

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$1.227 (R\$5.826 em 31 de dezembro de 2015), referiam-se, principalmente, à Companhia e sua controlada Santos Brasil Logística, sendo decorrentes, principalmente, de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$1.929 (R\$7.340 em 31 de dezembro de 2015), referiam-se, principalmente, à Companhia, sendo decorrentes de antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações dos exercícios futuros.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$2.704 (R\$2.441 em 31 de dezembro de 2015), referiam-se, principalmente, à controlada TVS, sendo decorrentes de crédito sobre a amortização do direito de exploração daquela Companhia. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	400.357	425.007
Passivo circulante:		
Provisão para perda com investimentos	<u>-</u>	<u>(3)</u>
Total	<u>400.357</u>	<u>425.004</u>

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2015

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2)	5	12.667	163.783	248.551	425.004
Aporte de capital	180	30	120	-	-	330
Equivalência patrimonial	(120)	(27)	(791)	(16.145)	7.404	(9.679)
Dividendo complementar conforme AGO de 15 de abril de 2016	-	-	-	(3.066)	(10.251)	(13.317)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.758)	(1.758)
Programa de opção de ações	-	-	26	20	-	46
Passivo atuarial	-	-	17	(294)	8	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>58</u>	<u>8</u>	<u>12.039</u>	<u>144.298</u>	<u>243.954</u>	<u>400.357</u>

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2014

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	89	16	8.313	175.310	251.463	435.191
Aporte de capital	30	20	13.004	-	-	13.054
Equivalência patrimonial	(121)	(31)	(8.802)	4.303	14.387	9.736
Dividendo complementar conforme AGO de 27 de abril de 2015	-	-	-	(15.013)	(13.908)	(28.921)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.022)	(3.417)	(4.439)
Programa de opção de ações	-	-	17	61	-	78
Passivo atuarial	-	-	135	144	26	305
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(2)</u>	<u>5</u>	<u>12.667</u>	<u>163.783</u>	<u>248.551</u>	<u>425.004</u>

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2016

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	710	350	84.134	126.374	201.051
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	490.042	349.999	84.134.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	219.958	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro do exercício	(120)	(27)	(791)	(16.145)	7.404
Patrimônio líquido	58	8	12.039	144.298	243.954
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	58	8	12.039	144.298	243.954
Ativo circulante	62	13	12.803	28.903	84.167
Ativo não circulante	-	-	14.570	174.835	166.398
Total do ativo	62	13	27.373	203.738	250.565
Passivo circulante	4	5	9.449	30.760	6.510
Passivo não circulante	-	-	5.885	28.680	101
Total do passivo	4	5	15.334	59.440	6.611
Receita líquida	-	-	61.121	155.729	36.494
(Prejuízo) lucro do exercício	<u>(120)</u>	<u>(27)</u>	<u>(791)</u>	<u>(16.145)</u>	<u>7.404</u>

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2016	31.12.2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,1	861.950	(337.161)	524.789	549.354
Equipamentos de movimentação de carga	8,4	539.167	(356.165)	183.002	199.120
Imobilizações em andamento (*)	-	17.211	-	17.211	13.168
Equipamentos de informática	20	38.374	(30.554)	7.820	9.585
Terrenos	-	31.504	-	31.504	31.504
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	26.876	(15.200)	11.676	13.452
Instalações, móveis e utensílios	10	9.370	(6.715)	2.655	3.142
Veículos	20	2.788	(2.445)	343	707
Outros itens	10	252	(214)	38	47
Total		<u>1.527.492</u>	<u>(748.454)</u>	<u>779.038</u>	<u>820.079</u>

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2016	31.12.2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,1 – 16,8	890.083	(356.911)	533.172	561.391
Equipamentos de movimentação de carga	8,4 – 12,9	637.203	(410.231)	226.972	244.837
Imobilizações em andamento (*)	-	26.536	-	26.536	29.778
Equipamentos de informática	20	46.937	(37.737)	9.200	11.632
Terrenos	-	57.930	-	57.930	57.930
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	43.726	(25.023)	18.703	23.001
Instalações, móveis e utensílios	10	55.073	(28.003)	27.070	31.731
Veículos	20	3.004	(2.645)	359	742
Imóveis	2,2	25.181	(5.578)	19.603	20.109
Outros itens	10	632	(561)	71	110
Total		<u>1.786.305</u>	<u>(866.689)</u>	<u>919.616</u>	<u>981.261</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldos líquidos iniciais	820.079	884.771	981.261	1.054.088
Adições/transferências:				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.845	10.262	3.791	9.947
Equipamentos de movimentação de carga	1.514	504	10.081	1.754
Imobilizações em andamento (*)	4.359	(8.135)	(2.921)	2.466
Equipamentos de informática	1.727	3.704	2.069	3.772
Terrenos	-	2.533	-	2.533
Máquinas, equipamentos e acessórios	599	2.367	624	2.808
Instalações, móveis e utensílios	292	602	715	3.239
Veículos	76	159	76	159
Outros itens	-	32	-	33
Total das adições/transferências	11.412	12.028	14.435	26.711
Baixas	(497)	(153)	(1.779)	(1.431)
Reclassificações	(3)	(43)	(9)	(51)
Depreciações	<u>(51.953)</u>	<u>(76.524)</u>	<u>(74.292)</u>	<u>(98.056)</u>
Saldos líquidos finais	<u>779.038</u>	<u>820.079</u>	<u>919.616</u>	<u>981.261</u>

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

Os custos dos empréstimos e financiamentos consolidados capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$72, com taxa média de juros de 3,8% (R\$151 em 31 de dezembro de 2015, com taxa média de juros de 3,6%) e referem-se aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações.

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento de Importação - FINIMP). O valor de aquisição desses ativos foi de R\$75.933. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas (*Rubber Tyred Gantry* - RTG), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2016, tinha o valor contábil de R\$879.

13. INTANGÍVEL

INDEFINIVEL

		Controladora				
		Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
					31.12.2016	31.12.2015
Vida útil definida:						
Direitos de exploração: (a)						
Tecon Santos	3,1		129.791	(94.031)	35.760	36.917
Tecon Imbituba	4		91.061	(40.354)	50.707	53.808
Terminal de Carga Geral	4		7.395	(2.824)	4.571	4.871
Ágio nas aquisições: (b)						
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1		321.264	(244.408)	76.856	79.342
Pará Empreendimentos	9,8		37.760	(31.708)	6.052	9.683
Terminal de Carga Geral	4,5		18.983	(6.289)	12.694	13.522
Softwares:						
Sistemas de processamento de dados	20		<u>22.005</u>	<u>(21.390)</u>	<u>615</u>	<u>1.498</u>
Total			<u>628.259</u>	<u>(441.004)</u>	<u>187.255</u>	<u>199.641</u>

		Consolidado				
		Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
					31.12.2016	31.12.2015
Vida útil definida:						
Direitos de exploração: (a)						
Tecon Santos	3,1		129.791	(94.031)	35.760	36.917
Tecon Imbituba	4		91.061	(40.354)	50.707	53.808
Terminal de Carga Geral	4		7.395	(2.824)	4.571	4.871
Terminal de Exportação de Veículos	4		223.493	(62.578)	160.915	169.855
Ágio nas aquisições: (b)						
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1		321.264	(244.408)	76.856	79.342
Pará Empreendimentos	9,8		37.760	(31.708)	6.052	9.683
Terminal de Carga Geral	4,5		18.983	(6.289)	12.694	13.522
Softwares:						
Sistema de processamento de dados	20		<u>30.889</u>	<u>(29.744)</u>	<u>1.145</u>	<u>2.416</u>
			<u>860.636</u>	<u>(511.936)</u>	<u>348.700</u>	<u>370.414</u>
Vida útil indefinida:						
Ágio nas aquisições: (c)						
Santos Brasil Logística (*)	-		<u>47.576</u>	<u>(8.111)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
			<u>47.576</u>	<u>(8.111)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
Total			<u>908.212</u>	<u>(520.047)</u>	<u>388.165</u>	<u>409.879</u>

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

A movimentação do intangível está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldos líquidos iniciais	199.641	254.112	409.879	473.904
Adições/transferências:				
<i>Softwares</i>	1	94	7	105
Perdas por desvalorização de ativo (d)	-	(30.639)	-	(30.639)
Baixas	-	-	-	(12)
Reclassificações	4	43	9	52
Amortização	<u>(12.391)</u>	<u>(23.969)</u>	<u>(21.730)</u>	<u>(33.531)</u>
Saldos líquidos finais	<u>187.255</u>	<u>199.641</u>	<u>388.165</u>	<u>409.879</u>

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (nota explicativa nº 1.a)), Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (nota explicativa nº 1.b)), e Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (nota explicativa nº 1.b)), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

Conforme nota explicativa nº 1.d), a controlada TVS foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

(b) Ágio nas aquisições - com vida útil definida

No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (nota explicativa nº 1.a)), foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (nota explicativa nº 1.e)) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imbituba, por meio da então controlada Tremarctos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983.

O fundamento econômico do ágio de aquisição do Terminal de Carga Geral é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

(c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida

A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita (nota explicativa nº 1.c)), foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.575.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2017 e o planejamento de longo prazo até 2026, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada.

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	17,50%	2,00%	3,00%	3,00%	3,00%

- Crescimento dos volumes no negócio de centros de distribuição e transporte.
- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos.
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos.

- Na data-base de 31 de dezembro de 2016 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Taxa de desconto:	8,43%	7,55%
Taxa de crescimento na perpetuidade:	5,00%	5,00%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2016, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo.

(d) Perdas por desvalorização de ativo

Em 31 de dezembro de 2016, foi efetuado teste de recuperação, na UGC Tecon Imbituba, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2017 e o planejamento de longo prazo até 2034, elaborado para a filial operacional Tecon Imbituba, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de operações de cais e armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada.

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	1,90%	0,00%	325,30%	114,40%	46,50%

- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos.
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos.
- Na data-base de 31 de dezembro de 2016 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Taxa de desconto:	8,85%	7,55%
Taxa de crescimento na perpetuidade:	0,00%	0,00%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor recuperável estimado na filial operacional Tecon Imbituba foi inferior em R\$30.639 ao valor dos ativos operacionais de R\$412.076, nos quais está inserido o direito de exploração. Em 31 de dezembro de 2016, o valor recuperável estimado da filial operacional Tecon Imbituba é superior ao valor dos ativos operacionais nos quais está inserido direito de exploração, líquido do ajuste realizado em 2015. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo.

Em 31 de dezembro de 2016, as demais UGC, Tecon Santos, TVS e Convicon, também foram testadas, tendo como base a mesma metodologia de cálculo apresentada anteriormente e o resultado foi que o valor recuperável estimado é superior ao valor desses ativos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				31.12.2016	31.12.2015	
Moeda nacional:						
FINAME	4% a.a. a 5,5% a.a.	URTJLP	Mensal	<u>562</u>	<u>389</u>	R\$
NCE - Safra	1,29% a.a.	CDI	Semestral	120.000	120.000	R\$
(-) Custos de captação				<u>(429)</u>	<u>(360)</u>	
Valor líquido captado				119.571	119.640	
Juros e custos apropriados				46.439	39.059	
(-) Amortização da dívida				<u>(120.425)</u>	<u>(99.395)</u>	
				<u>45.585</u>	<u>59.304</u>	
NCE - BB	1,29% a.a.	CDI	Trimestral	30.000	30.000	R\$
(-) Custos de captação				<u>(90)</u>	<u>(90)</u>	
Valor líquido captado				29.910	29.910	
Juros e custos apropriados				12.409	10.105	
(-) Amortização da dívida				<u>(32.315)</u>	<u>(20.011)</u>	
				<u>10.004</u>	<u>20.004</u>	
Leasing	0,84% a.m.	-	Mensal	<u>-</u>	<u>487</u>	R\$
				<u>56.151</u>	<u>80.184</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR	Varição cambial	Semestral			
	+1,84% a 4,65% a.a.			14.320	43.039	US\$
Darby Brazil Mezzanine	-	Varição cambial	-	<u>-</u>	<u>711</u>	US\$
				<u>14.320</u>	<u>43.750</u>	
Total				<u>70.471</u>	<u>123.934</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(68.415)	(78.625)	
Parcelas de longo prazo				2.056	45.309	

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				31.12.2016	31.12.2015	
Moeda nacional:						
FINAME	3% a.a. a 6% a.a.	URTJLP	Mensal	6.495	11.333	R\$
NCE	1,29% a.a.	CDI	Semestral	55.589	79.308	R\$
Leasing	0,84% a.m.	-	Mensal	-	487	R\$
Capital de giro	113% do CDI	CDI	Mensal	<u>572</u>	<u>1.946</u>	R\$
				<u>62.656</u>	<u>93.074</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR + 1,84% até 4,72% a.a.	Variação cambial	Mensal/ trimestral/ semestral	19.936	54.257	US\$
FINIMP	EURIBOR + 2,5% até 2,8% a.a.	Variação cambial	Mensal/ trimestral/ semestral	4.759	7.667	€
Darby Brazil Mezzanine	-	Variação cambial	-	-	711	US\$
				<u>24.695</u>	<u>62.635</u>	
				<u>87.351</u>	<u>155.709</u>	
Total						
(-) Parcelas de curto prazo				(78.056)	(91.593)	
Parcelas de longo prazo				9.295	64.116	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A Companhia, através de seus procuradores, solicitou à *DARBY PRIVATE EQUITY* uma posição financeira envolvendo a Companhia. Na solicitação foi informado que, nos termos da legislação civil vigente¹, o não atendimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, importaria no entendimento de que não há débitos pendentes envolvendo a Companhia.

Em setembro de 2016, a Companhia realizou a baixa do saldo da operação de empréstimo *Darby Brazil Mezzanine* em função do não atendimento da solicitação.

Os empréstimos e financiamentos não possuem *covenants*.

Garantias

- Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Junho/21	R\$	Equipamento objeto da transação (a)
FINIMP	Abril/19	US\$/€	Equipamento objeto da transação (a)
NCE - Banco Safra	Maior/17	R\$	Recebíveis limitado a 33,33% do saldo da dívida

(a) Conforme a nota explicativa nº 12.

¹Artigo 111 do Código Civil: O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

- Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				
	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
FINAME	205	75	75	38	393
FINIMP	<u>1.663</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.663</u>
Total	<u>1.868</u>	<u>75</u>	<u>75</u>	<u>38</u>	<u>2.056</u>

	Consolidado				
	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
FINAME	1.942	474	75	37	2.528
FINIMP	<u>6.621</u>	<u>146</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.767</u>
Total	<u>8.563</u>	<u>620</u>	<u>75</u>	<u>37</u>	<u>9.295</u>

15. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora e consolidado	
				<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Debêntures 2014:	2,00% a.a.	CDI	Semestral	100.000	100.000
(-) Custos das debêntures				<u>(504)</u>	<u>(504)</u>
Valor líquido captado				99.496	99.496
(+) Juros e custos apropriados				26.311	20.313
(-) Amortização de principal e juros				<u>(104.938)</u>	<u>(57.434)</u>
				<u>20.869</u>	<u>62.375</u>
Debêntures 2015:	2,40% a.a.	CDI	Semestral	115.000	115.000
(-) Custos das debêntures				<u>(1.731)</u>	<u>(791)</u>
Valor líquido captado				113.269	114.209
(+) Juros e custos apropriados				26.052	7.255
(-) Amortização de principal e juros				<u>(17.707)</u>	<u>-</u>
				<u>121.614</u>	<u>121.464</u>
Total				<u>142.483</u>	<u>183.839</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(85.358)	(49.309)
Parcelas de longo prazo				57.125	134.530

Em 14 de março de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Com a operação liquidada em 2 de abril de 2014, foram captados recursos no montante de R\$100.000 destinados para o reforço de capital de giro da Companhia, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,96% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão.

Em 29 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de nova captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Com a operação liquidada em 28 de agosto de 2015, foram captados recursos no montante de R\$115.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,40%a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão. Os recursos captados foram destinados para o reforço de capital de giro da Companhia.

Face o rebaixamento da classificação de risco corporativo da Companhia em duas ou mais notas em escala nacional, foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de março de 2016, e na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de março de 2016, as seguintes novas características das emissões:

1. Alteração a cláusula 6.14, inciso II, da Escritura da Segunda Emissão, para contemplar o aumento da Sobretaxa, passando a ser:
 - (i) 0,96% ao ano, base 252 dias úteis, desde a data de emissão até 31 de março de 2016; e
 - (ii) 2,00% ao ano, base 252 dias úteis, desde 31 de março de 2016 até a data de vencimento.
2. Alteração a cláusula 6.14, inciso II, da Escritura da Terceira Emissão, para contemplar o aumento da Sobretaxa, passando a ser:
 - (i) 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, desde a data de emissão até 31 de março de 2016; e
 - (ii) 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, desde 31 de março de 2016 até a data de vencimento.
3. Na cláusula 6.24.2 da Escritura da Segunda Emissão e na cláusula 6.26.2 da Escritura da Terceira Emissão, foi adicionado inciso XIII, para incluir índice financeiro (“*covenants*”) decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,5 vezes.

O índice deve ser apurado trimestralmente com base nas demonstrações contábeis Consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido.

	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2016</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	192.557
Instrumentos financeiros derivativos	<u>37</u>
	192.594
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	87.351
Debêntures	142.483
Instrumentos financeiros derivativos	<u>2.859</u>
	232.693
Dívida líquida	40.099
EBITDA dos últimos 4 trimestres	87.389
Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,5 vezes	0,5

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão trabalhista (a)	22.210	25.011
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	8.566	7.173
Outros processos (d)	<u>4.664</u>	<u>3.501</u>
Total	<u>35.440</u>	<u>35.685</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão trabalhista (a)	25.754	33.711
Provisão para processo FAP (b)	10.695	8.929
Outros processos (d)	<u>4.922</u>	<u>3.718</u>
Total	<u>41.371</u>	<u>46.358</u>

Os valores dos depósitos judiciais eram:

Controladora		
	31.12.2016	31.12.2015
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	2.825	8.678
Processo FAP (b)	4.902	4.469
Processo CADE - multa (c)	2.102	1.978
Processo CADE - faturamento TRA (c)	166.203	150.817
Outros processos (d)	1.073	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	<u>41.031</u>	<u>36.979</u>
Subtotal	<u>218.136</u>	<u>203.994</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>233.219</u>	<u>219.077</u>

Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2015
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	4.138	11.956
Processo FAP (b)	6.156	5.593
Processo CADE - multa (c)	2.102	1.978
Processo CADE - faturamento TRA (c)	166.203	150.817
Outros processos (d)	1.073	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	<u>46.555</u>	<u>42.408</u>
Subtotal	<u>226.227</u>	<u>213.825</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>241.310</u>	<u>228.908</u>

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$22.210, para os quais existem depósitos judiciais de R\$2.825 e 5 seguros garantindo o montante de R\$12.780; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.281, para os quais existem depósitos judiciais de R\$411; e (iii) da controlada Convicon, provisionados no montante de R\$2.263, para os quais existem depósitos judiciais de R\$902 e 3 seguros garantindo o montante de R\$4.650.

- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$4.902, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.174 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$57 - Convicon; e (iii) R\$23 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$119.618 e R\$2.102, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$46.585. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$37.076 (R\$30.925 em 31 de dezembro de 2015), estão classificados no passivo não circulante.

A mencionada ação judicial foi julgada em 4 de setembro de 2013, tendo a magistrada de primeiro grau provido parcialmente o pedido principal cancelando a proibição de cobrança abusivamente feita pelo CADE, mas mantendo a multa imposta por entender que teria o CADE exercido, com relação à multa apenas, a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “êxito provável” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “periculum in mora”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade: (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

- (d) O provisionamento consolidado no montante de R\$4.922 refere-se, principalmente: (i) à cláusula de sucesso prevista na defesa do processo tributário, de probabilidade de êxito possível, referente ao auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, recebido em 14 de dezembro de 2012, no montante de R\$3.090; (ii) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, integralmente depositada no montante de R\$1.026; e (iii) outros processos no montante de R\$806.

- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.397 e R\$8.828, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.609; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$15.332; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$11.180. Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$4.129, a processos trabalhistas, no montante de R\$740 e a bloqueios judiciais, no montante de R\$6; (ii) controlada Convicon, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$478, e a bloqueios judiciais de R\$141; e (iii) controlada Terminal de Veículos, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$30.
- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2016, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores".

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$515 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2016
Provisão trabalhista	25.011	110	(10.509)	7.598	22.210
Provisão FAP	7.173	1.393	-	-	8.566
Outros processos	<u>3.501</u>	<u>1.189</u>	-	<u>(26)</u>	<u>4.664</u>
Total	<u>35.685</u>	<u>2.692</u>	<u>(10.509)</u>	<u>7.572</u>	<u>35.440</u>

	Saldo em 31.12.2014	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2015
Processo CADE - multa	1.863	25	-	(1.888)	-
Processo CADE - faturamento TRA	92.266	1.276	-	(93.542)	-
Provisão trabalhista	18.575	254	(13.958)	20.140	25.011
Provisão FAP	6.021	1.152	-	-	7.173
Outros processos	<u>3.836</u>	<u>(306)</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>3.501</u>
Total	<u>122.561</u>	<u>2.401</u>	<u>(13.958)</u>	<u>(75.319)</u>	<u>35.685</u>

Consolidado					
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2016
Provisão trabalhista	33.711	708	(17.496)	8.831	25.754
Provisão FAP	8.929	1.766	-	-	10.695
Outros processos	<u>3.718</u>	<u>1.297</u>	<u>-</u>	<u>(93)</u>	<u>4.922</u>
Total	<u>46.358</u>	<u>3.771</u>	<u>(17.496)</u>	<u>8.738</u>	<u>41.371</u>

	Saldo em 31.12.2014	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2015
Processo CADE - multa	1.863	25	-	(1.888)	-
Processo CADE - faturamento TRA	92.266	1.276	-	(93.542)	-
Provisão trabalhista	28.722	266	(14.925)	19.648	33.711
Provisão FAP	7.495	1.672	-	(238)	8.929
Outros processos	<u>3.979</u>	<u>(232)</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>3.718</u>
Total	<u>134.325</u>	<u>3.007</u>	<u>(14.925)</u>	<u>(76.049)</u>	<u>46.358</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de êxito positiva ou negativamente.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível, no montante de R\$465.949, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações contábeis.

A movimentação dos processos possíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

<u>Natureza da ação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Outras</u> <u>movimentações</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2016</u>
Aduaneira	15.627	-	(38)	15.589
Cível	21.001	1.189	1.336	23.526
Trabalhista	35.839	29.604	(13.382)	52.061
Tributária	372.650	10.950	(14.998)	368.602
Outras	<u>151</u>	<u>5.471</u>	<u>549</u>	<u>6.171</u>
Total	<u>445.268</u>	<u>47.214</u>	<u>(26.533)</u>	<u>465.949</u>

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação).

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar, ao qual, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao recurso de ofício da Fazenda Nacional.

Em 05 de dezembro de 2016, a Fazenda Nacional opôs embargos de declaração o qual está pendente de julgamento.

O tempo de conclusão dessas contingências é incerto e depende do andamento dos processos nas instâncias jurídicas.

17. ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

a) Arrendamento financeiro

A Companhia possui ativos que eram vinculados a contrato de arrendamento mercantil financeiro (*leasing*). Os contratos possuíam prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra, em 5 de dezembro de 2016, os mesmos foram liquidados.

Até a liquidação dos contratos, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$24, relativo a despesas financeiras, e R\$263 relativos à despesa de depreciação.

b) Arrendamento operacional

A Companhia, por meio de suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e parcelas de arrendamento a serem apropriados ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-M/FGV.

<u>Contratos</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020 - término do contrato</u>	<u>Total</u>
Tecon Santos	37.899	37.899	37.899	1.058.011	1.171.708
Tecon Imbituba	3.229	3.229	3.229	43.060	52.747
Terminal de Carga Geral	12	12	12	144	180
Convicon	730	548	-	-	1.278
Terminal de Veículos	<u>3.807</u>	<u>3.807</u>	<u>3.807</u>	<u>57.417</u>	<u>68.838</u>
Total	<u>45.677</u>	<u>45.495</u>	<u>44.947</u>	<u>1.158.632</u>	<u>1.294.751</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
Terminal de Carga Geral	Junho/2007	Junho/2032
Convicon	Setembro/2003	Setembro/2018
Terminal de Veículos	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2016 a Abril/2017
Tecon Imbituba	Julho/2016 a Julho/2017
Terminal de Veículos	Julho/2016 a Julho/2017

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais, conforme segue. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2016 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M:

<u>Contratos</u>	Em reais - R\$		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	16,60	-	-
Tecon Santos (b)	8,30	-	-
Tecon Santos (c)	36,99	-	-
Tecon Santos (d)	18,45	-	-
Tecon Imbituba (e)	86,11	-	-
Terminal de Carga Geral (f)	-	2,72	-
Terminal de Carga Geral (g)	-	6,02	-
Terminal de Carga Geral (h)	-	3,63	-
Convicon (i)	15,46	-	-
Convicon (j)	3,11	-	-
Convicon (k)	-	1,54	-
Terminal de Veículos (l)	-	-	16,90

- (a) Valor devido até 30 de setembro de 2015, quando a movimentação excede o dobro da Movimentação Mínima Contratual - MMC, até atingir três vezes a faixa mínima aplicável.
- (b) Valor devido até 30 de setembro de 2015, quando a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima aplicável.
- (c) Valor devido a partir 1º de outubro de 2015, quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido a partir 1º de outubro de 2015, quando a movimentação exceder a MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (f) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (g) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (h) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (i) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (j) Valor devido por contêiner vazio.
- (k) Valor devido por tonelada.
- (l) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de movimentação mínima que não vêm sendo cumpridos, gerando assim um custo no montante de R\$28.651, como segue:

<u>Contratos</u>	<u>31.12.2016</u>
Tecon Santos	1.081
Tecon Imbituba	25.426
Terminal de Carga Geral	291
Convicon	6
Terminal de Veículos	<u>1.847</u>
Total	<u>28.651</u>

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centros de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística), os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, geraram despesas no montante de R\$10.422.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Emitidas/autorizadas sem valor nominal	<u>666.086.554</u>	<u>454.629.482</u>	<u>-</u>	<u>211.457.072</u>

Do total de ações, 658.841.043 encontravam-se em circulação (*freefloat*) em 31 de dezembro de 2016, sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 17 de junho de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, de forma que uma ação preferencial seja convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia. Essa alteração passou a vigorar a partir de 22 de agosto de 2016, quando a totalidade das ações preferenciais foram canceladas e convertidas em ações ordinárias passando a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 23), no montante de R\$56.036 em 31 de dezembro de 2016 (R\$51.769 em 31 de dezembro de 2015), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$4.548.

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$5.478.

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da BM&FBovespa as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

A seguir, a quantidade de ações compradas pela Companhia:

Quantidade de Ações	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
			Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
<u>Ordinárias</u>					
6.138.745	19.844	14.733	3,23	2,90	3,70

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

19. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receita bruta	671.546	770.507	956.675	1.109.320
Terminais Portuários	671.546	770.507	742.930	820.698
Logística	-	-	170.818	230.173
Terminal de Veículos	-	-	42.927	58.449
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(64.804)	(77.143)	(105.620)	(125.177)
Outras	<u>(11.890)</u>	<u>(17.215)</u>	<u>(16.954)</u>	<u>(19.823)</u>
Total	<u>594.852</u>	<u>676.149</u>	<u>834.101</u>	<u>964.320</u>

20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Mão de obra avulsa	(33.840)	(32.816)	(34.427)	(33.156)
Taxas - Companhias Docas	(65.373)	(56.716)	(70.637)	(60.294)
Arrendamentos e infraestruturas -				
Companhias Docas	(44.693)	(40.936)	(49.943)	(45.907)
Energia elétrica	(9.926)	(11.597)	(11.809)	(13.700)
Combustíveis e lubrificantes	(15.759)	(14.157)	(26.354)	(25.156)
Fretes	(13.128)	(12.895)	(20.958)	(18.857)
Movimentação de veículos	-	-	(14.593)	(15.500)
Outros serviços e materiais	(4.717)	(2.552)	(8.957)	(8.562)
Despesas com pessoal	(221.729)	(226.746)	(313.813)	(324.098)
Consultoria, assessoria e auditoria	(18.240)	(32.343)	(21.035)	(34.606)
Outros serviços de terceirização	(20.115)	(18.872)	(32.438)	(32.027)
Manutenção operacional	(26.171)	(23.112)	(35.143)	(32.762)
Depreciação e amortização (*)	(64.344)	(100.493)	(96.022)	(131.587)
Aluguéis/condomínios – áreas operacionais	-	-	(8.495)	(10.293)
Despesas com vendas de serviços	(20.107)	(18.816)	(44.762)	(45.092)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda de incobráveis	(9.554)	(56.167)	(11.849)	(56.945)
Outras despesas	<u>(25.076)</u>	<u>(22.389)</u>	<u>(59.662)</u>	<u>(57.111)</u>
Total	<u>(592.772)</u>	<u>(670.607)</u>	<u>(860.897)</u>	<u>(945.653)</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(481.733)	(477.415)	(709.311)	(704.407)
Despesas com vendas	(37.113)	(83.208)	(67.197)	(115.460)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	<u>(73.926)</u>	<u>(109.984)</u>	<u>(84.389)</u>	<u>(125.786)</u>
Total	<u>(592.772)</u>	<u>(670.607)</u>	<u>(860.897)</u>	<u>(945.653)</u>

(*) O período de 2016 contempla a renovação contratual do Tecon Santos realizada em setembro de 2015.

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	638	846	638	846
Correção de depósitos judiciais	8.271	9.985	8.380	10.087
Ganho na venda de ativo	17	37	704	36
Reversão de variação monetária de provisão para contingências	-	8.783	-	8.783
Recuperação de energia elétrica	51	3.971	51	3.971
Reembolso de seguro	45	71	47	897
Reversão de provisão (processo CADE)	-	1.863	-	1.863
Correção precatórios	-	-	353	473
Recuperação de PIS/COFINS extemporâneo	1.753	1.478	4.785	2.305
Recuperação do INSS s/serviços cooperados	2.593	-	4.729	-
Outras receitas	<u>37</u>	<u>74</u>	<u>355</u>	<u>292</u>
Total	<u>13.405</u>	<u>27.108</u>	<u>20.042</u>	<u>29.553</u>
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(126)	(117)	(407)	(1.408)
Correção de provisões	(743)	(624)	(917)	(770)
Custo na venda de materiais de estoque	-	-	(272)	-
Precatórios	-	-	(283)	(379)
Provisão para perdas por desvalorização de ativos	<u>-</u>	<u>(30.639)</u>	<u>-</u>	<u>(30.639)</u>
Total	<u>(869)</u>	<u>(31.380)</u>	<u>(1.879)</u>	<u>(33.196)</u>

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	14.790	17.955	21.474	22.694
Juros de mútuo	362	227	-	-
Variações monetárias e cambiais ativas	5.868	17.862	9.193	22.209
Valor justo da operação de <i>swap</i>	875	1.547	1.207	1.854
Correção impostos a recuperar	2.332	2.535	2.419	2.543
Correção de depósitos judiciais	221	206	242	226
Outras receitas	<u>1.367</u>	<u>2.867</u>	<u>1.530</u>	<u>3.138</u>
Total	<u>25.815</u>	<u>43.199</u>	<u>36.065</u>	<u>52.664</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesas financeiras:				
Juros	(35.591)	(39.088)	(36.872)	(41.146)
Juros de mútuo	(4.281)	(8.307)	-	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(6.758)	(28.398)	(9.415)	(36.529)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações de mútuos	(540)	(1.230)	(709)	(1.342)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	(891)	(1.298)	(1.212)	(1.550)
Outras despesas	<u>(1.129)</u>	<u>(913)</u>	<u>(1.503)</u>	<u>(1.340)</u>
Total	<u>(49.190)</u>	<u>(79.234)</u>	<u>(49.711)</u>	<u>(81.907)</u>

23. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES - CONTROLADORA

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2016, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade de units exercidas	Quantidade de units vencidas/ caducadas	Quantidade de units - saldo
Programas 2006 à 2011		<u>4.456.789</u>				<u>1.975.336</u>	<u>2.481.453</u>	-
31/01/12 - Programa 2012	23,19	<u>849.476</u>			6,48	<u>86.685</u>	<u>521.633</u>	<u>241.158</u>
1º Lote anual		283.159	01/02/13	01/02/15		86.685	196.474	-
2º Lote anual		283.159	01/02/14	01/02/16		-	283.159	-
3º Lote anual		283.158	01/02/15	01/02/17		-	42.000	241.158
31/01/13 - Programa 2013	27,35	<u>810.177</u>			7,54	-	<u>334.003</u>	<u>476.174</u>
1º Lote anual		270.059	01/02/14	01/02/16		-	270.059	-
2º Lote anual		270.059	01/02/15	01/02/17		-	31.972	238.087
3º Lote anual		270.059	01/02/16	01/02/18		-	31.972	238.087
06/02/14 - Programa 2014	15,70	<u>2.087.682</u>			3,15	-	<u>211.846</u>	<u>1.875.836</u>
1º Lote anual		695.894	06/02/15	06/02/17		-	70.615	625.279
2º Lote anual		695.894	06/02/16	06/02/18		-	70.615	625.279
3º Lote anual		695.894	06/02/17	06/02/19		-	70.616	625.278
05/02/15 - Programa 2015	12,85	<u>1.377.596</u>			4,40	-	<u>52.615</u>	<u>1.324.981</u>
1º Lote anual		459.199	05/02/16	05/02/18		-	17.538	441.661
2º Lote anual		459.199	05/02/17	05/02/19		-	17.538	441.661
3º Lote anual		459.198	05/02/18	05/02/20		-	17.539	441.659
Total das opções outorgadas		<u>9.581.720</u>				<u>2.062.021</u>	<u>3.601.550</u>	<u>3.918.149</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016, as *units* foram canceladas, conforme nota explicativa nº 1.

Com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o Programa de Opção de Ações de 2016.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/ caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	<u>2.897.395</u>			1,18	-	-	<u>2.897.395</u>
1º Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		-	-	965.798
2º Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		-	-	965.798
3º Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		-	-	965.799
Total das opções outorgadas		<u>2.897.395</u>				-	-	<u>2.897.395</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$4.267 (R\$5.955 em 31 de dezembro de 2015).

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2016, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 1,56% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 3,27%.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo antes da tributação	(18.438)	(25.029)	(22.279)	(14.219)
Exclusão de equivalência patrimonial	<u>9.679</u>	<u>(9.736)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro antes da tributação ajustado	(8.759)	(34.765)	(22.279)	(14.219)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	<u>(3.002)</u>	<u>(11.845)</u>	<u>(7.597)</u>	<u>(4.859)</u>
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(2.102)	(8.344)	(5.347)	(3.413)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(900)	(3.501)	(2.250)	(1.446)
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas	<u>4.574</u>	<u>4.945</u>	<u>5.048</u>	<u>5.776</u>
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	898	2.166	898	2.166
Plano de opção de compra de ações	1.435	1.999	1.451	2.025
Outras	2.241	2.228	2.699	3.033
Exclusões permanentes:				
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(1.448)	-	(1.448)
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>(122)</u>	<u>(62)</u>
Incentivos fiscais	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>(122)</u>	<u>(62)</u>
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	1.472	(6.900)	(2.671)	855
Alíquota efetiva	(16,8)%	19,8%	12,0%	(6,0)%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182</u>	<u>2.894</u>
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	182	2.894
VI - Ajustes extraordinários:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120</u>	<u>161</u>
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	120	161

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	<u>1.472</u>	<u>(6.900)</u>	<u>(2.369)</u>	<u>3.910</u>
IRPJ e CSLL - correntes	5.538	-	9.410	7.860
IRPJ e CSLL - diferidos	<u>(4.066)</u>	<u>(6.900)</u>	<u>(11.779)</u>	<u>(3.950)</u>
Total	<u>1.472</u>	<u>(6.900)</u>	<u>(2.369)</u>	<u>3.910</u>

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, Santos Brasil Logística, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora			
	31.12.2016		31.12.2015	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
<u>Ativo (passivo)</u>				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	5.046	1.817	6.830	2.459
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.283	1.182	3.609	1.299
Provisão para contingências	22.189	7.988	20.613	7.421
Amortização do ágio	(19.214)	(6.917)	(19.835)	(7.141)
Depreciação	(45.615)	(16.421)	(47.800)	(17.208)
Perda por desvalorização de ativos	7.218	2.598	7.660	2.757
Outras	10.055	3.621	8.897	3.203
Perdas atuariais	<u>1.001</u>	<u>359</u>	<u>176</u>	<u>63</u>
Total	<u>(16.037)</u>	<u>(5.773)</u>	<u>(19.850)</u>	<u>(7.147)</u>
	Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
<u>Ativo (passivo)</u>				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	10.848	3.906	6.830	2.459
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.599	1.296	3.725	1.341
Provisão para contingências	23.238	8.366	21.445	7.721
Amortização do ágio	(29.080)	(10.469)	(29.702)	(10.693)
Depreciação	(51.102)	(18.397)	(52.303)	(18.829)
Perda por desvalorização de ativos	7.218	2.598	7.660	2.757
Outras	11.161	4.018	9.475	3.413
Precatórios a receber	(1.282)	(464)	(1.194)	(432)
Perdas atuariais	<u>846</u>	<u>304</u>	<u>(80)</u>	<u>(29)</u>
Total	<u>(24.554)</u>	<u>(8.842)</u>	<u>(34.144)</u>	<u>(12.292)</u>
Ativo	<u>384</u>	<u>139</u>	<u>325</u>	<u>117</u>
Passivo	<u>(24.938)</u>	<u>(8.981)</u>	<u>(34.469)</u>	<u>(12.409)</u>

Até 31 de dezembro de 2016, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Santos Brasil Logística e TVS.

25. RESULTADO POR AÇÃO

a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2016		
	<u>Ordinárias</u>		
Prejuízo do exercício			(19.910)
Média ponderada das ações			659.947.809
Resultado por ação básico			(0,03017)

	31.12.2015		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo do exercício	(12.455)	(5.674)	(18.129)
Média ponderada das ações	453.401.733	206.546.076	659.947.809
Resultado por ação básico	(0,02747)	(0,02747)	(0,02747)
Resultado por <i>units</i> básico	(0,13735)	(0,13735)	(0,13735)

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2016		
	<u>Ordinárias</u>		
Prejuízo do exercício			(19.910)
Média ponderada das ações			659.947.809
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações			2.014.784
Resultado por ação diluído			(0,03008)

	31.12.2015		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo do exercício	(12.455)	(5.674)	(18.129)
Média ponderada das ações	453.401.733	206.546.076	659.947.809
Resultado por ação diluído	(0,02747)	(0,02747)	(0,02747)
Resultado por <i>units</i> diluído	(0,13735)	(0,13735)	(0,13735)

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os preços de exercício das opções de compra de ações dos planos vigentes estão abaixo da cotação média de mercado do exercício, e, portanto, o efeito potencial dessas ações não é considerado no cálculo do resultado diluído.

26. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<u>Hipóteses</u>	31.12.2016	31.12.2015
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	6,00% a.a.	7,00% a.a.
Inflação Econômica	5,60% a.a.	7,70% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (<i>Aging Factor</i>)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<u>Hipóteses biométricas</u>		
Tábua de Mortalidade Rotatividade	AT-2000, segregada por sexo 16,3% (Santos Brasil Logística S.A.) e 7,5% (Demais empresas)	AT-2000, segregada por sexo 16,3% (Santos Brasil Logística S.A.) e 7,5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	65 anos	65 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%	40%
<u>Outras hipóteses</u>		
Composição Familiar	- Para participantes em atividade - 90% casados com esposa 4 anos mais jovem - Para participantes assistidos (aposentados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral	- Para participantes em atividade - 90% casados com esposa 4 anos mais jovem - Para participantes assistidos (aposentados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
Valor presente das obrigações atuariais	2.080	2.391
Perdas atuariais calculadas	<u>15.048</u>	<u>9.363</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>17.128</u>	<u>11.754</u>

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Valor presente das obrigações atuariais	2.986	3.140
Perdas atuariais calculadas	<u>18.020</u>	<u>11.178</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>21.006</u>	<u>14.318</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo Inicial	11.754	13.790	14.318	16.067
Custo do serviço	865	1.384	1.452	1.944
Juros sobre a obrigação	1.752	1.491	2.138	1.740
Benefícios pagos no ano (-)	(537)	(484)	(604)	(544)
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	<u>3.294</u>	<u>(4.427)</u>	<u>3.702</u>	<u>(4.889)</u>
Saldo Final	<u>17.128</u>	<u>11.754</u>	<u>21.006</u>	<u>14.318</u>
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	3.294	(4.427)	3.702	(4.889)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho)/Perda	(1.121)	1.505	(1.259)	1.661
Equivalência sobre (Ganho)/Perda	<u>270</u>	<u>(306)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Efeito no patrimônio líquido	<u>2.443</u>	<u>(3.228)</u>	<u>2.443</u>	<u>(3.228)</u>

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

	Controladora		Consolidado	
Efeitos	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	18.659	12.696	22.887	15.502
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	15.787	10.918	19.359	13.269
Tábua de mortalidade -10%	17.765	12.209	21.796	14.873
Tábua de mortalidade +10%	16.356	11.350	20.097	13.824
Custos médicos + 1,0% sobre a taxa real de crescimento	20.489	13.826	25.137	16.926
Custos médicos - 1,0% sobre a taxa real de crescimento	14.521	10.104	17.807	12.251

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo:				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber	53.236	69.799	85.999	93.142
Dividendos a receber	1.758	4.439	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.136	4.783
Outros valores a receber	<u>5.976</u>	<u>5.064</u>	<u>5.976</u>	<u>5.064</u>
	60.970	79.302	97.111	102.989
Valor justo por meio do resultado (*):				
Caixa e equivalentes de caixa	113.406	189.258	192.557	226.115
Instrumentos financeiros derivativos	<u>34</u>	<u>4.540</u>	<u>37</u>	<u>5.525</u>
	113.440	193.798	192.594	231.640
Passivo:				
Outros passivos financeiros:				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	70.471	123.934	87.351	155.709
Debêntures	142.483	183.839	142.483	183.839
Fornecedores	69.035	56.036	88.535	74.906
Mútuo a pagar	-	70.427	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	3.826	113	3.826
Precatórios a pagar (**)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.109</u>	<u>3.826</u>
	282.102	438.062	322.591	422.106
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.997</u>	<u>-</u>	<u>2.859</u>	<u>-</u>
	1.997	-	2.859	-

(*) Os valores classificados como valor justo por meio do resultado possuem hierarquia de nível 2.

(**) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

b) Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b.1) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e à variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2016 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo desses derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A coluna “Recebimentos/Pagamentos” mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e a coluna “Receita/Despesa” mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Controladora									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2016	Dez./2015		
<u>Safra 2016 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	12.819	Jun./2016	Associado à variação cambial	2.206	(1.064)	-	3.403	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2016 - 2ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	8.950	Dez./2016	Associado à variação cambial	(1.366)	(2.469)	-	1.137	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>BTG 2017 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	7.526	Jun./2017	Associado à variação cambial	-	(1.586)	(1.568)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Safra 2017 - 2ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	6.662	Dez./2017	Associado à variação cambial	-	(522)	(429)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2018 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	1.261	Jun./2018	Associado à variação cambial	-	(7)	34	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>840</u>	<u>(5.648)</u>	<u>(1.963)</u>	<u>4.540</u>		

(*) A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

Consolidado									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2016	Dez./2015		
<u>Safra 2016 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	14.756	Jun./2016	Associado à variação cambial	2.577	(1.185)	-	3.921	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2016 - 2ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	12.627	Dez./2016	Associado à variação cambial	(1.902)	(3.458)	-	1.604	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>BTG 2017 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	10.717	Jun./2017	Associado à variação cambial	-	(2.259)	(2.239)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Safra 2017 - 2ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	9.513	Dez./2017	Associado à variação cambial	-	(745)	(620)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2018 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	3.772	Jun./2018	Associado à variação cambial	-	(20)	37	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>675</u>	<u>(7.667)</u>	<u>(2.822)</u>	<u>5.525</u>		

(*) A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

b.2) Demais instrumentos financeiros

Com base nas projeções de taxas de juros e moedas da BM&FBOVESPA, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&FBOVESPA, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&FBOVESPA; não foram considerados o risco de crédito próprio nem eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes.

Dessa forma, o valor de mercado de um título corresponde a seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - as aplicações financeiras em fundos de investimento estão sendo apresentadas pelo seu valor justo, dada a classificação de valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos, apresentados apenas para fins de demonstração, eram:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016		31.12.2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	113.406	113.406	192.557	192.557
Contas a receber	53.236	53.236	85.999	85.999
Dividendos a receber	1.758	1.758	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.136	5.136
Outros valores a receber	5.976	5.976	5.976	5.976
Total	<u>174.376</u>	<u>174.376</u>	<u>289.668</u>	<u>289.668</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	70.471	70.193	87.351	86.734
Debêntures	142.483	151.513	142.483	151.513
Fornecedores	69.035	69.035	88.535	88.535
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	113
Precatórios a pagar	-	-	4.109	4.109
Total	<u>282.102</u>	<u>290.854</u>	<u>322.591</u>	<u>331.004</u>

c) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

c.1) Risco cambial

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com desvalorização em relação ao real de 16,5% e 19,1%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2015.

Exposição cambial

	<u>Controladora</u> <u>Valor (em R\$)</u>	<u>Moeda da</u> <u>transação</u>
Empréstimos e financiamentos	14.320	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	<u>(14.379)</u>	US\$
Exposição líquida	<u>(59)</u>	
	<u>Consolidado</u> <u>Valor (em R\$)</u>	<u>Moeda da</u> <u>transação</u>
Empréstimos e financiamentos	4.759	€
Empréstimos e financiamentos	19.936	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	<u>(22.471)</u>	US\$
Exposição líquida	<u>2.224</u>	

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida apresentada anteriormente refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2016. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

		<u>Controladora</u>				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u> <u>provável I</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+) 25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>(+) 50%</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(-) 25%</u>	<u>Cenário</u> <u>V (-)</u> <u>50%</u>
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	14.320	17.953	21.587	10.686	7.052
Swap - (ganho) / perda	US\$/CDI	<u>2.115</u>	<u>(1.504)</u>	<u>(5.195)</u>	<u>5.769</u>	<u>9.424</u>
Saldo líquido		16.435	16.449	16.392	16.455	16.476
Taxas:						
US\$		3,26	4,07	4,89	2,44	1,63
€		3,44	4,30	5,16	2,58	1,72

		Consolidado				Cenário V
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II (+) 25%</u>	<u>Cenário III (+) 50%</u>	<u>Cenário IV (-) 25%</u>	<u>Cenário V (-) 50%</u>
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	24.695	30.939	37.182	18.452	12.209
Swap - (ganho) / perda	US\$/CDI	<u>3.024</u>	<u>(2.679)</u>	<u>(8.383)</u>	<u>8.727</u>	<u>14.431</u>
Saldo líquido		27.719	28.260	28.799	27.179	26.640
Taxas:						
US\$		3,26	4,07	4,89	2,44	1,63
€		3,44	4,30	5,16	2,58	1,72

c.2) Risco de juros

A seguir estão sendo apresentados os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	113.406	189.258	192.557	226.115
Instrumentos financeiros derivativos	<u>34</u>	<u>4.540</u>	<u>37</u>	<u>5.525</u>
Total	<u>113.440</u>	<u>193.798</u>	<u>192.594</u>	<u>231.640</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	70.471	123.934	87.351	155.709
Debêntures	142.483	183.839	142.483	183.839
Mútuo a pagar	-	70.427	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.997</u>	<u>-</u>	<u>2.859</u>	<u>-</u>
Total	<u>214.951</u>	<u>378.200</u>	<u>232.693</u>	<u>339.548</u>

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

		Controladora				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II (+) 25%</u>	<u>Cenário III (+) 50%</u>	<u>Cenário IV (-) 25%</u>	<u>Cenário V (-) 50%</u>
<u>Saldos patrimoniais</u>						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	90.809	93.597	96.385	88.021	85.233
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	55.589	56.999	58.408	54.180	52.770
Debêntures		142.483	144.206	145.898	140.728	138.940
Dívida líquida		107.263	107.608	107.291	106.887	106.477
Taxas:						
CDI		13,63	17,04	20,45	10,22	6,82
		Consolidado				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II (+) 25%</u>	<u>Cenário III (+) 50%</u>	<u>Cenário IV (-) 25%</u>	<u>Cenário V (-) 50%</u>
<u>Saldos patrimoniais</u>						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	164.717	169.606	174.495	159.829	154.940
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	56.161	57.572	58.982	54.750	53.338
Debêntures		142.483	144.206	145.898	140.728	138.940
Dívida líquida		33.927	32.172	30.385	35.649	37.338
Taxas:						
CDI		13,63	17,04	20,45	10,22	6,82

d) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$15.795, representando 15,52% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2015, essa provisão era de R\$15.163, equivalente a 14,00%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	113.406	189.258	192.557	226.115
Contas a receber	53.236	69.799	85.999	93.142
Dividendos a receber	1.758	4.439	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.136	4.783
Outros valores a receber	<u>5.976</u>	<u>5.064</u>	<u>5.976</u>	<u>5.064</u>
Total	<u>174.376</u>	<u>268.560</u>	<u>289.668</u>	<u>329.104</u>

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora				
	Saldo contábil	Fluxo de pagamento			
	31.12.2016	Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	70.471	74.710	72.440	2.148	122
Debêntures	142.483	160.441	95.560	64.881	-
Fornecedores	69.035	69.035	54.014	15.021	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>113</u>	<u>113</u>	<u>113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>282.102</u>	<u>304.299</u>	<u>222.127</u>	<u>82.050</u>	<u>122</u>

	Consolidado				
	Saldo contábil	Fluxo de pagamento			
	31.12.2016	Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	87.351	92.554	82.593	9.839	122
Debêntures	142.483	160.441	95.560	64.881	-
Fornecedores	88.535	88.535	73.514	15.021	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	-	-
Precatórios a pagar	<u>4.109</u>	<u>4.109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.109</u>
Total	<u>322.591</u>	<u>345.752</u>	<u>251.780</u>	<u>89.741</u>	<u>4.231</u>

f) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*).

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a seguir:

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
Total dos passivos circulante e não circulante	428.600	580.307
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(113.406)</u>	<u>(189.258)</u>
Dívida líquida	<u>315.194</u>	<u>391.049</u>
Total do patrimônio líquido	1.389.132	1.407.218
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,22690	0,27789
	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Total dos passivos circulante e não circulante	504.711	611.233
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(192.557)</u>	<u>(226.115)</u>
Dívida líquida	<u>312.154</u>	<u>385.118</u>
Total do patrimônio líquido	1.389.132	1.407.218
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,22471	0,27367

28. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Março/2017
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Armazenagem em galpões de vinilona	5.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2017
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2017
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Março/2017
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2017
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Santos Brasil Logística</u>			
SOP:			Março/2017
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - Jaguaré	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Junho/2017
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Junho/2017
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2017
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	90	R\$	
<u>Convicon</u>			
SOP:			Março/2017
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2017
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	5	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2017
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Terminal de Veículos</u>			
SOP:			Março/2017
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2017
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	5.513	R\$	Abril/2017

29. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$1.295 (R\$1.073 em 31 de dezembro de 2015), as quais não estavam contabilizadas nestas demonstrações contábeis.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 4.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o Terminal de Carga Geral; e (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão descritos nas notas explicativas nº 1.a), nº 1.b) e nº 1.e). Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	744.398	184.882	42.927	-	(15.532)	956.675
Deduções da receita	<u>(88.425)</u>	<u>(29.153)</u>	<u>(6.433)</u>	-	1.437	<u>(122.574)</u>
Receita operacional líquida	655.973	155.729	36.494	-	(14.095)	834.101
Custo dos serviços prestados	(543.113)	(145.121)	(35.172)	-	14.095	(709.311)
Custos variáveis/fixos	(478.228)	(130.553)	(26.162)	-	14.095	(620.848)
Depreciação/amortização	<u>(64.885)</u>	<u>(14.568)</u>	<u>(9.010)</u>	-	-	<u>(88.463)</u>
Lucro bruto	<u>112.860</u>	<u>10.608</u>	<u>1.322</u>	-	-	<u>124.790</u>
Despesas operacionais	(51.732)	(35.513)	1.023	(47.201)	-	(133.423)
Despesas com vendas	(38.482)	(27.970)	(692)	-	-	(67.144)
Despesas gerais e administrativas	(24.552)	(9.837)	(1.339)	(41.155)	-	(76.883)
Depreciação/amortização	(322)	(58)	-	(7.179)	-	(7.559)
Outras	<u>11.624</u>	<u>2.352</u>	<u>3.054</u>	<u>1.133</u>	-	<u>18.163</u>
EBIT	61.128	(24.905)	2.345	(47.201)	-	(8.633)
Depreciação/amortização	65.207	14.626	9.010	7.179	-	96.022
EBITDA	126.335	(10.279)	11.355	(40.022)	-	87.389
Resultado financeiro	-	-	-	(13.646)	-	(13.646)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(9.679)	9.679	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	2.369	-	2.369
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(19.910)</u>

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2015

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	824.275	243.970	58.449	-	(17.374)	1.109.320
Deduções da receita	<u>(101.911)</u>	<u>(36.945)</u>	<u>(7.905)</u>	-	<u>1.761</u>	<u>(145.000)</u>
Receita operacional líquida	722.364	207.025	50.544	-	(15.613)	964.320
Custo dos serviços prestados	(524.610)	(159.921)	(35.489)	-	15.613	(704.407)
Custos variáveis/fixos	(430.922)	(145.391)	(26.487)	-	15.613	(587.187)
Depreciação/amortização	<u>(93.688)</u>	<u>(14.530)</u>	<u>(9.002)</u>	-	-	<u>(117.220)</u>
Lucro bruto	<u>197.754</u>	<u>47.104</u>	<u>15.055</u>	-	-	<u>259.913</u>
Despesas operacionais	(134.168)	(40.184)	(1.311)	(69.226)	-	(244.889)
Despesas com vendas	(83.812)	(30.234)	(1.348)	-	-	(115.394)
Despesas gerais e administrativas	(42.284)	(9.708)	(788)	(58.705)	-	(111.485)
Depreciação/amortização	(406)	(75)	-	(13.886)	-	(14.367)
Outras	<u>(7.666)</u>	<u>(167)</u>	<u>825</u>	<u>3.365</u>	-	<u>(3.643)</u>
EBIT	63.586	6.920	13.744	(69.226)	-	15.024
Depreciação/amortização	94.094	14.605	9.002	13.886	-	131.587
EBITDA	157.680	21.525	22.746	(55.340)	-	146.611
Resultado financeiro	-	-	-	(29.243)	-	(29.243)
Equivalência patrimonial	-	-	-	9.736	(9.736)	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	<u>(3.910)</u>	-	<u>(3.910)</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(18.129)</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$141.058 (R\$170.295 em 31 de dezembro de 2015), equivalentes a 18,9% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2016

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>90.177</u>	<u>22.157</u>	<u>8.071</u>	<u>201.583</u>	<u>(3.525)</u>	<u>318.463</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	192.557	-	192.557
Outros	90.177	22.157	8.071	9.026	(3.525)	125.906
Ativo não circulante	<u>1.090.516</u>	<u>169.182</u>	<u>165.875</u>	<u>550.164</u>	<u>(400.357)</u>	<u>1.575.380</u>
Outros	238.398	6.475	53	22.673	-	267.599
Investimento	-	-	-	400.357	(400.357)	-
Imobilizado	760.391	122.793	4.904	31.528	-	919.616
Intangível	91.727	39.914	160.918	95.606	-	388.165
Passivo circulante	<u>(92.208)</u>	<u>(21.893)</u>	<u>(4.292)</u>	<u>(5.994)</u>	<u>3.525</u>	<u>(120.862)</u>
Fornecedores	(58.519)	(14.095)	(3.405)	(141)	2.646	(73.514)
Outros	(33.689)	(7.798)	(887)	(5.853)	879	(47.348)
Passivo não circulante	<u>(90.083)</u>	<u>(3.301)</u>	<u>(81)</u>	<u>(39.431)</u>	-	<u>(132.896)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(37.989)	(3.301)	(81)	-	-	(41.371)
Outros	<u>(37.073)</u>	-	-	<u>(39.431)</u>	-	<u>(76.504)</u>
Total	<u>998.402</u>	<u>166.145</u>	<u>169.573</u>	<u>706.322</u>	<u>(400.357)</u>	<u>1.640.085</u>

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Daniel Pedreira Dorea
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Ricardo Schenker Wajnberg
Julio André Kogut (Independente)
Rodrigo Leonardo Anunciato (Independente)

Suplentes

Ana Carolina Silva Moreira Lima
Ana Cláudia Coutinho de Brito
Bernardo Velloso de Souza Guterres
Victor Bastos Almeida
Ricardo Canguçu Fontenelle Castorri
Pedro Henrique Nogueira Damasceno
Roberto Knoepfelmacher

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Marcos de Magalhães Tourinho - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Antonio Carlos Pinto de Azeredo

Suplentes

Norberto Aguiar Tomaz
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior
Roberto Francisco Silva

Milton Mazzo Júnior - CRC nº 1 SP 235131/O-5
Gerente de Controladoria